



TEÍSMO CÉTICO E A CONDIÇÃO DE ACESSO EPISTÊMICO RAZOÁVEL

Skeptical theism and the condition of reasonable epistemic access

Pedro Merlussi
PUCRJ

Sérgio R. N. Miranda
UFOP

Resumo: O teísmo é a doutrina que afirma a existência de um criador transcendente com uma série de atributos essenciais, entre os quais a onipotência, a onisciência e a bondade perfeita. Um problema grave para essa doutrina é a existência do mal gratuito no mundo; pois como Deus poderia permitir a existência de dor e sofrimentos gratuitos se ele tem tais propriedades grandiosas? A seguir, apresentamos uma versão desse problema, conhecida como problema epistêmico do mal, e introduzimos a resposta do teísmo cético, baseada no princípio epistêmico conhecido como “Condição de Acesso Epistêmico Razoável” (CAER). Na seção seguinte, discutimos a objeção contrafactual de que o princípio CAER em que o teísmo cético se baseia é excessivamente restritivo e questionamos a resposta oferecida por Wykstra e Perrine (2012). Por fim, na última seção, oferecemos uma defesa do teísmo cético e uma reformulação de CAER que evita a objeção contrafactual.

Palavras-chave: Teísmo cético, mal, condição de acesso epistêmico razoável

Abstract Theism is the doctrine that affirms the existence of a transcendent creator with a series of essential attributes, among which are omnipotence, omniscience and perfect goodness. A serious problem for this doctrine is the existence of gratuitous evil in the world; for how could God allow the existence of gratuitous pain and suffering if he has such great properties? Below, we present a version of this problem, known as the epistemic problem of evil, and we introduce the skeptical theist's response, based on the epistemic principle known as the "Condition of Reasonable Epistemic Access" (CORNEA). In the following section, we discuss the counterfactual objection that the CORNEA principle on which skeptical theism is based is overly restrictive and we question the response offered by Wykstra and Perrine (2012). Finally, in the last section, we offer a defense of skeptical theism and a reformulation of CORNEA that avoids the counterfactual objection.

Keywords: Skeptical theism, evil, condition of reasonable epistemic access

1. O problema epistêmico do mal e a resposta cética ao argumento de Rowe

A perspectiva teísta sobre Deus — entendido como um ser criador transcendente, dotado de atributos essenciais como onipotência, onisciência e onibenevolência — apresenta uma série de paradoxos filosóficos. A noção de onipotência, por exemplo, dá origem ao paradoxo da pedra: poderia Deus criar uma pedra tão pesada que Ele próprio não conseguaria levantar? A onisciência, por sua vez, levanta o problema da compatibilidade entre a presciênciam divina e o livre-arbítrio: se Deus soubesse, desde o Big Bang, que você estaria lendo estas palavras neste exato momento, como seu ato poderia ser genuinamente livre?

Mas entre os vários desafios filosóficos associados ao Deus teísta, o problema do mal ocupa um lugar de destaque. Não é necessário remontar à longa tradição dessa discussão na história da filosofia. Para os nossos propósitos, será o suficiente situar a questão no contexto do teísmo cético.

Em sua formulação contemporânea, o problema do mal se divide em duas abordagens principais. A primeira investiga se os conceitos de mal e Deus são logicamente incompatíveis. Esse debate é tradicionalmente apresentado por J. L. Mackie em “*Evil and Omnipotence*” e posteriormente discutido por Alvin Plantinga, por exemplo, em *God, Freedom, and Evil*.

Nosso foco, no entanto, está na versão *epistêmica* do problema do mal. Aqui, a questão não é se a existência de Deus é logicamente incompatível com a existência do mal, mas sim o que deveríamos acreditar sobre o Deus teísta, dado que constatamos a presença de uma quantidade significativa de eventos maus, moralmente condenáveis ou que, intuitivamente, não deveriam existir. Tais estados de coisas são descritos de forma emblemática por Voltaire em *Cândido ou o Otimismo* e por Dostoiévski em *Os Irmãos Karamazov*. “Estamos no melhor dos mundos possíveis? Olhe ao redor!”, poderia exclarar um crítico como Voltaire. As inúmeras atrocidades — de crimes contra a humanidade a catástrofes ambientais — desafiam a crença em um Deus teísta, especialmente se aceitarmos que há males na vida que não vêm para o bem.

Se o ponto de partida do problema lógico do mal são Mackie e Plantinga, a formulação do problema epistêmico tem como referência central o debate entre William Rowe (1979) e Stephen Wykstra (1984). Esse problema pode ser melhor compreendido por meio do conceito de estado doxástico, que se divide em três principais categorias: crença, suspensão de juízo e descrença. Ou seja, um indivíduo pode acreditar em Deus, suspender seu juízo ou simplesmente não acreditar.

A questão que nos interessa é se a constatação da existência do mal no mundo deveria alterar nosso estado doxástico. Um crente deixaria de acreditar em Deus ao aceitar que há males na vida que não servem para um bem maior? Um agnóstico se tornaria ateu? De acordo com um influente argumento formulado mais precisamente por Rowe, se admitirmos que há, ou ao menos parece haver, males gratuitos no mundo, deveríamos modificar nosso estado doxástico — seja em direção ao agnosticismo, seja em direção ao ateísmo.

Antes de prosseguir com esse argumento, é necessário esclarecer o que se entende por “males gratuitos”. Quando uma filósofa ateia ou agnóstica se refere aos males no mundo, ela não nega que certos sofrimentos possam ter justificativa. A dor de uma injeção pode ser desagradável, mas é facilmente justificável pelo benefício à saúde. O esforço do estudo pode ser cansativo, mas é compensado pelos ganhos intelectuais e profissionais. O crítico do teísmo não contesta que alguns males tenham propósitos justificáveis; sua alegação é que parece haver muitos males que não possuem justificativa plausível.

Com efeito, a premissa crucial do argumento de Rowe afirma que existem males gratuitos, ou seja, males no mundo para os quais não há bens que justifiquem sua ocorrência. Com base nessa premissa, conclui-se que Deus não existe, pois, se Ele existisse, não haveria mal gratuito. O argumento de Rowe é válido, mas sua solidez depende de evidências empíricas para sustentar sua premissa crucial: quanto mais fortes forem essas evidências, maior será a probabilidade da conclusão do argumento ser verdadeira.

Inicialmente, a premissa crucial é apoiada por um exemplo fictício em que um filhote de cervo é apanhado em um incêndio causado por um raio e sofre durante dias até que a morte finalmente o liberta de seu sofrimento. Não vemos nesse exemplo nenhum bem que poderia justificar o sofrimento do cervo. Assim como alguém afirma que parece não haver infiltração porque não vê sinais de infiltração na parede, Rowe categoricamente afirma, a partir de seu exemplo: parece que não há bens que justifiquem esse mal.

Casos semelhantes ao exemplo fictício do cervo são muito comuns no mundo. Em todos eles, não veríamos um bem justificador e concluiríamos que parece não haver

esse bem. Mesmo que em alguns desses casos possa haver um bem justificador que nos é inacessível, seria implausível supor que nos enganamos em todos eles. Parece, realmente, haver males gratuitos. Dado que é razoável manter que as coisas são tal como parecem ser, salvo se houver impedimento explícito, podemos concluir que há o mal gratuito neste mundo.

A resposta oferecida por Stephen Wykstra (1984) consiste basicamente em questionar a reivindicação de Rowe de ter evidência para a premissa crucial, o que ele expri-me dizendo que lhe parece não haver um bem justificador para o sofrimento do cervo e similares. De acordo com Wykstra, alguém corretamente reivindica ter evidência para uma proposição *A* somente se CAER for satisfeita:

CAER:

Com base na situação cognitiva *B*, um ser humano *H* está autorizado a afirmar “Parece que *A*” somente se for razoável para *H* acreditar que, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que faz delas, **se *A* não fosse o caso, *B* seria provavelmente diferente** do que é em alguma medida discernível para *H*.

A a situação cognitiva *B* pode ser entendida como o conjunto formado pelo conhecimento, crenças firmes, memórias, percepções e intuições de um ser humano *H* em um dado momento. A sentença destacada em negrito é o cerne de CAER. Assim, *H* tem o direito epistêmico de afirmar ter evidência para *A* somente se for razoável acreditar que, caso *A* fosse falsa, provavelmente haveria uma diferença em *B* discernível para *H*.

Podemos agora aplicar CORNEA para ver se qualquer reivindicação de evidência a favor de *A* é ou não legítima seguindo a seguinte receita: primeiramente, construímos mentalmente um cenário no qual *A* seria falsa; em seguida, perguntamos se *H*, encontrando-se nesse cenário, poderia notar alguma diferença em sua situação cognitiva. Caso não seja problema para *H* discernir essa diferença, sua reivindicação de ter evidência para *A* seria legítima; caso contrário, a reivindicação de evidência feita por *H* seria infeliz.

A título de ilustração, considere dois exemplos:

1. Suponha que a situação cognitiva envolva partes relevantes do nosso conhecimento comum sobre objetos físicos, como árvores, cadeiras, mesas e casas, e a percepção de uma quaresma a 30m de distância; nessa situação, *H* reivindica ter evidência para a afirmação de que há uma quaresma adiante.
2. Suponha que a situação cognitiva envolva partes relevantes do nosso conhecimento comum sobre microrganismos e o exame a olho nu da ponta de uma agulha; nessa situação, *H* reivindica ter evidência para a afirmação de que a agulha não está contaminada.

No caso 1, CORNEA é satisfeita, pois, supondo não haver uma quaresma adiante, *H* notaria uma diferença entre *B* relativo a esse cenário e *B* relativo à circunstância em que há uma quaresma bem à sua frente: em um caso, *H* veria a árvore, no outro, não; em um caso, *H* formaria a crença de que há uma quaresma adiante, no outro, não; etc. *H* está em posição de reivindicar ter evidência para sua afirmação de que há uma quaresma adiante.

No caso 2, no entanto, as coisas são diferentes. A reivindicação de *H* de ter evidência é infeliz, mesmo que a agulha não esteja de fato contaminada. Decerto, supondo que a afirmação sobre a agulha não estar contaminada fosse falsa, ou seja, considerando um cenário em que a agulha estivesse contaminada, nenhum ser humano notaria qualquer diferença entre *B* relativo a esse cenário e *B* relativo àquela circunstância na qual a agulha não está contaminada. Consequentemente, de acordo com CAER, *H* não estaria em uma condição epistêmica favorável para reivindicar ter evidência para essa afirmação.

Por que supor que Rowe se encontra em uma situação análoga ao caso 2 e não ao caso 1? Para responder a essa questão, Wykstra observa que a distância epistêmica que separa os seres humanos de Deus é comparável à distância epistêmica entre um bebê e os seus pais humanos. Um bebê pode discernir alguns dos bens que seus pais lhe proporcionam, porém dificilmente está em posição de discernir a maior parte dos propósitos bons que existem em conexão com os males que os pais permitem que ele sofra (pense aqui nas temíveis e dolorosas vacinações da infância). Da mesma forma, embora possamos discernir alguns dos bens divinos que nos foram proporcionados, possivelmente não temos condição de discernir a maior parte dos propósitos bons que existem em conexão com os males que Deus permite que sofram. Disso se segue uma conclusão cética: não podemos afirmar nem negar que há um bem justificador para cada caso particular de mal que ocorre, mas devemos suspender o juízo em relação a essa questão.

2. A primeira resposta à objeção contrafactual

Desde que Wykstra formulou CAER com a frase “se *A* não fosse o caso, *B* seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para *H*”, muitos filósofos interpretaram CAER em termos de uma condicional contrafactual. Entendida dessa forma, CAER é semelhante à conhecida condição de sensitividade à evidência, que está sujeita a uma série de objeções. O principal problema com a interpretação contrafactual é que, assim como a condição de sensitividade, CAER é excessivamente restritiva, uma vez que parece ser incompatível com a possibilidade de conhecimento indutivo.

McBrayer (2009) fornece vários casos em que CAER parece ter esse tipo de consequência cética. Consideraremos dois deles:

CASO 1:

Embora tenha um bilhete, acredito que vou perder na loteria. Tenho evidências indutivas para esta afirmação. Sei que as chances de ganhar são uma em um milhão. Minhas evidências são sensíveis ao fato de que vou perder na loteria? Parece que não é esse o caso. Considere o mundo mais próximo em que ganho na loteria. Eu tenho muita sorte e estou com o bilhete que será sorteado. Seria razoável acreditar que a diferença da minha situação cognitiva no mundo atual seria discernível da situação cognitiva no mundo possível em que ganho na loteria? Não - as coisas pareceriam exatamente iguais para mim. Portanto, de acordo com CAER, minha situação cognitiva neste caso não é evidência para a afirmação de que vou perder na loteria.

CASO 2:

Acredito que meu filho Patrick está dormindo. Tenho evidências indutivas para esta afirmação. Sei que agora são 15h e que meu filho quase sempre tira uma soneca de 14h às 16h. Minhas evidências são sensíveis ao fato de que meu filho está dormindo? Parece que não é esse o caso. Considere o mundo mais próximo em que meu filho não está dormindo. Talvez ele tenha comido comida apimentada no almoço, ou talvez minha esposa o tenha levado para fazer uma tarefa de última hora, ou talvez ele simplesmente não esteja com sono. A diferença entre minha situação cognitiva no mundo atual e a minha situação cognitiva no mundo possível em que Patrick não está dormindo seria discernível para mim? Não - as coisas pareceriam exatamente iguais para mim. Portanto, de acordo com CAER, eu não tenho evidências para a afirmação de que meu filho está dormindo.

McBrayer interpreta a sentença “Se *A* fosse falsa, então *B* seria provavelmente diferente” como a contrafactual ($\neg A \Rightarrow \neg B$), que, conforme a lógica padrão de tais ex-

pressões, será verdadeira se a consequente for verdadeira no mundo mais próximo ao atual em que a antecedente é verdadeira. De acordo com essa interpretação contrafactual, os casos 1 e 2 não passam no teste de CAER. Consequentemente, McBrayer não teria o direito epistêmico de afirmar que tem evidência para a soneca de seu filho ou não ter um bilhete premiado.

Outros contraexemplos são fáceis de encontrar. O resultado é sempre que se interpretarmos CAER em termos de condicionais contrafutuais cujos valores de verdade dependem dos valores de verdade de sua antecedente e sua consequente em mundos próximos ao mundo atual, o teísta cético estará em uma situação difícil. Wykstra parece impor uma condição excessivamente restritiva para o que constitui evidência indutiva, porque muitas de nossas crenças indutivas serão desprovidas de evidência dado esse critério.

Em resposta, Wykstra e Perrine (2012) argumentam que devemos interpretar CAER não em termos lógicos, mas como uma condicional usada para expressar probabilidades condicionais. Na interpretação probabilística, uma condicional é entendida como a probabilidade condicional da consequente dado a antecedente. Assim, eles sugerem a seguinte interpretação da sentença no cerne de CAER:

$$(P) Pr(B / \neg A) < 0,5$$

Nessa interpretação probabilística, B é evidência para A somente se a chance de B ocorrer, dada a falsidade de A , for menor do que 50%. Da mesma forma, estariamos justificados em acreditar que A dado B , ou teríamos o direito epistêmico de reivindicar ter evidência para A , somente se essa condição fosse cumprida. Além disso, se (P) é a maneira correta de interpretar “Se A fosse falsa, então B seria provavelmente diferente”, não deveríamos entender que essa sentença exprime a condicional contrafactual:

$$(C) \neg A \Rightarrow \neg B$$

Com base no Teorema de Bayes, Wykstra e Perrine argumentam que a variante probabilística sobrevive aos casos de McBrayer. Para apresentar esse argumento, consideremos o caso 2 em vez da reconstrução complicada do caso 1 que aparece no artigo original de Wykstra e Perrine.

Suponha que B seja evidência alavancadora de A . Evidência alavancadora é aquela que leva da mera indiferença ou descrença em uma proposição para a crença nessa proposição, ou seja, é aquela evidência que altera o estado doxástico do agente. Se B é evidência alavancadora de A , a probabilidade de A dado B tem de ser bem alta, próxima de 1, o que podemos exprimir assim: $Pr(A/B) = 0,99$. O cálculo do impacto de evidência para a probabilidade de uma proposição pode ser realizado com base no Teorema do Bayes. Como partimos da suposição de que B alavanca A , teremos o seguinte:

$$0,99 = \frac{Pr(A) \times Pr(B/A)}{[Pr(A) \times Pr(B/A)] + [Pr(\neg A) \times Pr(B/\neg A)]}$$

Seja A a hipótese de que Patrick está tirando uma soneca e B a evidência de McBrayer. Agora suponha que McBrayer, em seu primeiro dia como pai de Patrick, não faz ideia se seu filho adquirirá o hábito de tirar uma soneca depois do almoço ou não. Depois de um tempo, como pai zeloso que é, ele obtém evidências dos hábitos de soneca pós-almoço de Patrick, evidências que ele absolutamente não teria se Patrick estivesse sempre acordado naquele horário.

Nesse cenário, as probabilidades prévias de Patrick tirar ou não uma soneca seriam iguais ($Pr(A) = Pr(\neg A) = 0,5$), e o zeloso McBrayer obter evidências de seu filho tirar uma soneca após o almoço dado que Patrick está dormindo nesse horário é alta, ou seja, $Pr(B/A) = 0,99$. Obtemos o seguinte:

$$0,99 = \frac{0,5 \times 0,99}{[0,5 \times 0,99] + [0,5 \times Pr(B/\neg A)]}$$

Vemos, nessa equação, que se a probabilidade de B ser verdadeira dada a falsidade de A for alta, contradizemos nossa suposição de que B é evidência que alavancaria A . Para manter a consistência, temos que assumir que a probabilidade de B dado $\neg A$ é baixa. De fato, $Pr(B \vee \neg A) \approx 0$, como era esperado. Consequentemente, a versão probabilística parece sobreviver aos contraexemplos de McBryer. Afinal de contas, a condição colocada por CAER estipula que a probabilidade de McBryer ter a evidência indutiva que realmente teve dado a hipótese de que seu filho não está tirando uma soneca tem de ser baixa, o que de fato é verdade.

Essa resposta à objeção contrafactual parece até aqui funcionar muito bem. No entanto, isso significa que a interpretação probabilística é imune às críticas baseadas na interpretação contrafactual? Considere o seguinte. Você recebe censura ao jogar uma casca de banana no chão. Você também mereceria essa censura se jogasse duas cascas de banana no chão. Claramente, a censura no primeiro é transmissível para o segundo caso que implica o primeiro. Da mesma forma, a crítica à interpretação contrafactual poderia ser transmitida para a interpretação probabilística do cerne de CAER caso a primeira implicasse a segunda. Portanto, como reconhece Perrine (2022, p 9), é absolutamente crucial para o teísta cético mostrar que **(P)** não implica **(C)**. Na próxima seção, veremos que a tentativa de Perrine de mostrar tal coisa supõe que o princípio do Terceiro Excluído Condicional não é válido.

2.1 (P) implica (C)?

A ideia central da semântica de Stalnaker, como delineada em “A Theory of Conditionals” (1968) é que uma afirmação condicional é verdadeira se e somente se a consequente for verdadeira no mundo possível mais próximo onde a antecedente é verdadeira. Vale ressaltar a suposição de unicidade: existe apenas um mundo possível mais próximo que determina o valor de verdade da condicional. De acordo com essa suposição, o sistema formal de Stalnaker, C2, valida o Terceiro Excluído Condicional (TEC).

Stalnaker (1979) também reconhece casos em que o valor de verdade das sentenças podem ser indeterminados, mas seu sistema de lógica continua a validar o TEC dentro do formalismo da teoria da supervalorização. Este aspecto da semântica de Stalnaker apresenta um desafio para a argumentação de Perrine de que a interpretação contrafactual de CORNEA não necessariamente decorre da interpretação probabilística.

Perrine acredita que a interpretação probabilística **(P)** de CORNEA não implica a interpretação contrafactual **(C)**. Para estabelecer seu ponto de vista, ele propõe um contraexemplo, que apresentamos com algumas modificações:

URNA:

Suponha que uma urna contenha quatro bolas: uma carmesim, uma escarlate, uma creme e uma azul. Seja A a afirmação de que Ana sorteou a bola carmesim e B a afirmação de que ela sorteou a bola vermelha. $Pr(A)$ é menor do que 0,5. Dado que Ana não sorteou a bola carmesim, há 33% de chance de que ela tenha sorteado a bola escarlate, a única vermelha restante. Assim, $Pr(B/\neg A)$ é menor do que 0,5.

Se perguntássemos se B apoia A , a resposta seria imediata, porque a ocorrência de B aumenta a probabilidade de A para 0,5. Ainda não teríamos um exemplo de evidência fortemente alavancadora, mas poderíamos facilmente obter esse exemplo aumentando o número de bolas creme e azul na urna e mantendo o mesmo o número de bolas vermelhas. O exemplo mostra que a condição **(P)** é satisfeita: a probabilidade de a bola

sorteada ser vermelha dado que não foi sorteada uma bola carmesim é melhor do que 0,5, como esperado. Agora, se **(P)** implica **(C)**, deveríamos esperar que **(C)** também fosse satisfeita.

No entanto, Perrine afirma que $(\neg A \Rightarrow \neg B)$ é falsa no exemplo que apresenta, pois Ana **poderia** ter sorteado uma bola não-vermelha, mas também **poderia** ter sorteado uma bola vermelha, especificamente a bola escarlata, mesmo que não tenha sorteado a bola carmesim. Assim, temos uma interpretação específica na qual uma instância de **(C)** é falsa enquanto uma instância de **(P)** é verdadeira, o que significa dizer que **(P)** não implica **(C)**.

Esse argumento de Perrine pressupõe a objeção de Lewis (1973) à suposição de unicidade de Stalnaker. Lewis define a contrafactual “poderia” (*might*) em termos da contrafactual “seria” (*would*): “Se fosse o caso que *A*, então poderia ser o caso que *B*” é definido como “Não é o caso que se fosse o caso que *A*, então não seria o caso que *B*”. Agora, voltando ao nosso exemplo, se aceitarmos essa definição, Perrine está certo: “Se Ana não tivesse sorteado a bola carmesim, então ela poderia ter sorteado uma bola não-vermelha” e “Se Ana não tivesse sorteado a bola carmesim, então ela poderia ter sorteado a bola vermelha” são ambos verdadeiros, já que alguns mundos fazem Ana sortear uma bola não-vermelha verdadeira e outros fazem Ana sortear uma bola vermelha verdadeira. Mas isso implica que as contrafactuals correspondentes “Se Ana não tivesse sorteado a bola carmesim, então ela sortearia uma bola não-vermelha” e “Se Ana não tivesse sorteado a bola carmesim, então ela sortearia uma bola vermelha” seriam falsas. Temos assim um caso em que **(P)** nos diz corretamente que temos evidência e estamos autorizados a assumir uma proposição como verdadeira com base em evidência, enquanto **(C)** nos daria um veredito incorreto sobre a nossa situação epistêmica.

Não é surpreendente que o contraexemplo só funcione enquanto negarmos a suposição de unicidade de Stalnaker, já que essa suposição impede empates entre mundos de ocorrerem. Na verdade, se adotarmos a interpretação lógica das contrafactuals à la Stalnaker, uma das duas opções tem de ser correta: ou “Se Ana não sorteasse a bola carmesim, então ela teria sorteado uma bola não-vermelha” ou “se Ana não retirasse a bola carmesim, então ela teria retirado uma bola vermelha”, não havendo uma terceira alternativa.

Exemplos como o que tratamos convenceram muitos filósofos de que devemos abrir mão suposição da unicidade (e consequentemente do TEC), e para todas essas pessoas, a interpretação probabilística não implica a interpretação contrafactual. Contudo, essa avaliação está longe de ser unânime. Stalnaker aponta que, na prática, selecionar um único mundo possível para avaliar contrafactuals pode enfrentar problemas de vaguenza. Haverá condicionais com valores de verdade indeterminados, como parece ser o caso das contrafactuals mencionadas acima, já que seria um caso de indeterminação genuína. Se Ana vai ou não sortear uma bola vermelha depende da especificação completa do cenário. Ou seja, depende da força com que Ana aciona o mecanismo da urna, da direção das bolas, da velocidade e do choque entre elas, etc. No cenário em que todos esses parâmetros são totalmente especificados, saberíamos responder se a condicional contrafactual relevante é verdadeira ou falsa. Dessa forma, “Se Ana não sorteasse a bola carmesim, então ela não teria sorteado uma bola vermelha” será verdadeira de acordo com uma especificação de cenário, mas não de acordo com outra, e sua negação será verdadeira de acordo com a segunda, mas não de acordo com a primeira.

Formalmente, a validade do TEC pode ser mantida usando a abordagem de supervaloração de van Fraassen aplicada à lógica das contrafactuals de Stalnaker. Seja *v* uma interpretação que atribui um dos valores {1,0,i} (respectivamente: verdadeiro, falso e indeterminado) a proposições expressas por sentenças da linguagem dessa lógica. Agora, tome *v'* como especificação de *v*. Ela atribui 1 a *A* quando *v(A)=1* e 0 quando *v(A)=0*, mas atribui 1 ou 0 às proposições que recebem em *v* o valor i, e quando atribui 1 a *A*, atribuirá 0 a sua negação. Deve ser claro que cada instância de TEC é verdadeira em todas as resoluções de *v*.

Se aceitarmos a semântica de Stalnaker, temos motivos para interpretar as contrafactuals relevantes no suposto contraexemplo de Perrine como nem verdadeiras nem falsas. Elas serão indeterminadas. Assim, não temos uma situação em que **(P)** é verdadeira e **(C)** é falsa. Em vez disso, temos uma situação em que **(P)** é verdadeira e **(C)** é indeterminada, ou seja, **(C)** seria falsa sob a resolução v' , mas seria verdadeira sob a resolução v'' , o que parece plausível. Portanto, se aceitarmos a semântica de Stalnaker, Perrine não mostrou que **(P)** não implica **(C)**.

Mas essa aparência não seria enganosa? Afinal, se a relação de consequência lógica é definida como preservação da verdade, temos de conceder que o argumento de Perrine é bem-sucedido, pois ele introduz um exemplo em que **(P)** é verdadeiro, mas **(C)** é não-verdadeiro. Essa observação, no entanto, não afasta completamente as dificuldades. O framework introduzido por Stalnaker tem consequências importantes para a noção de validade que devem ser observadas. Há duas maneiras diferentes de afirmar a condição de validade dos argumentos:

1. Um argumento é válido sse não é possível que suas premissas sejam verdadeiras e sua conclusão falsa.
2. Um argumento é válido sse a verdade de suas premissas é preservada em sua conclusão.

Na lógica clássica, essas condições dão o mesmo veredicto sobre argumentos, pois uma conclusão que não verdadeira é uma conclusão falsa. Mas isso não vale no framework que introduzimos. Como a lógica proposta tem três valores, {1, 0, i}, é possível ter argumentos válidos de acordo com 1, mas inválidos de acordo com 2. Isso ocorre quando as premissas em Γ são verdadeiras e a conclusão A é indeterminada, ou seja, não-verdadeira, e assim $\Gamma \models_1 A$, mas $\Gamma \not\models A$. Parece que temos de adotar 2 quando queremos provar fatos e estabelecer a verdade, porém é razoável aceitar 1 como a concepção adequada de validade quando raciocinamos buscando evitar erros.

Consideremos a inferência de **(P)** para **(C)**. O que devemos pensar sobre inferências de probabilidades para contrafactuals? Essa inferência parece correta nos casos padrão. Ana quer saber se Bernardo bebe uma cerveja em casa. Suponha que a probabilidade de Bernardo tomar uma cerveja, dado que a transmissão da final do campeonato não começou, seja inferior a 0,5. Portanto, ela não deveria acreditar, dado que a transmissão da final do campeonato não começou, que Bernardo toma uma cerveja. As crenças de Ana seriam inconsistentes se ela também acreditasse que, se a transmissão da final do campeonato não tivesse começado, Bernardo tomaria uma cerveja, o que a levaria a acreditar na contrária: “Se a final do campeonato não tivesse começado, Bernardo não tomaria uma cerveja”. A inferência de **(P)** para **(C)**, nesse caso, preservaria a verdade.

Agora suponha que Bernardo tenha o hábito de beber cerveja nas finais de campeonato e tenha ido ao supermercado comprar cerveja para se preparar para o grande dia. Ana sabe que há 10 tipos diferentes de cerveja a venda no supermercado e que Bernardo escolhe aleatoriamente as cervejas que toma, sem levar em conta preço ou qualidade. Ela então considera se Bernardo comprou algumas Ouropretanas ou cervejas de outra marca, pois quer levar algumas cervejas à casa do amigo para assistirem juntos ao jogo, porém quer levar cervejas diferentes daquelas que ele comprou. A probabilidade de Bernardo ter comprado Ouropretanas, dado que há 10 tipos diferentes de cerveja no supermercado, é inferior a 0,5 (lembre-se que Bernardo escolhe aleatoriamente a cerveja que irá tomar). Logo, Ana não deve acreditar, dado que há 10 tipos diferentes de cerveja no supermercado, que Bernardo comprou Ouropretanas. Suas crenças seriam inconsistentes se também acreditasse que se houvesse 10 tipos diferentes de cerveja no supermercado, Bernardo compraria Ouropretanas. Parece razoável que acredite no seguinte: “Se houvesse 10 tipos diferentes de cerveja no supermercado, Bernardo não compraria

Ouropretanas". Nesse caso, diferentemente do caso anterior, a contrafactual não é verdadeira nem falsa, mas indeterminada. Dado o principal interesse de Ana, contudo, a inferência é aceitável, já que preserva a não falsidade de (P). Nos piores casos como esse (entre os quais estão os casos de Perrine), o valor-verdade de (C) será indeterminado. Apenas tentamos evitar erro e a probabilidade condicional aponta na direção certa. Ana seria razoável se levasse Ouropretanas à casa de Bernardo; no mínimo, todos ficariam felizes com a boa qualidade da cerveja.

Esses exemplos ilustram raciocínios de (P) para (C), que podem ser tratados como válidos no framework oferecido por Stalnaker, uma vez que nesse framework uma inferência válida preserva a não-falsidade das premissas. Se o nosso argumento está correto, Perrine não mostrou que a interpretação probabilística de CORNEA evita as objeções dirigidas a interpretação contrafactual. Parece haver um *hiato* na defesa de CAER, que na seção seguinte iremos preencher seguindo um caminho diferente daquele proposto por Wykstra e Perrine.

2.2 A segunda resposta à objeção contrafactual

Podemos dizer algo em defesa do teísta cético com relação à objeção de que CAER, entendida como uma contrafactual lógica, é incompatível com evidências indutivas? Voltemos aos casos em que CAER parece estar em desacordo com a evidência indutiva. Começaremos pelo segundo caso.

CASO 2:

Acredito que meu filho Patrick está dormindo. Tenho evidências indutivas para esta afirmação. Sei que agora são 15h e que meu filho quase sempre tira uma soneca de 14h às 16h. Minhas evidências são sensíveis ao fato de que meu filho está dormindo? Parece que não é esse o caso. Considere o mundo mais próximo em que meu filho não está dormindo. Talvez ele tenha comido comida apimentada no almoço, ou talvez minha esposa o tenha levado para fazer uma tarefa de última hora, ou talvez ele simplesmente não esteja com sono. A diferença entre minha situação cognitiva no mundo atual e a minha situação cognitiva no mundo possível em que Patrick não está dormindo seria discernível para mim? Não - as coisas pareceriam exatamente iguais para mim. Portanto, de acordo com CORNEA, eu não tenho evidências para a afirmação de que meu filho está dormindo.

Para que o contraexemplo funcione, deve ser o caso que o mundo possível mais próximo em que Patrick não está dormindo seja um mundo em que a situação cognitiva de McBryer é a mesma que no mundo atual. No entanto, essa afirmação está longe de ser convincente, e é por isso que o caso 2 não mostra que CAER está em desacordo com a evidência indutiva. Grande parte do argumento abaixo é inspirada na defesa da condição de sensitividade de Wallbridge (2017).

Considere, primeiro, outro exemplo do mundo atual, a extinção dos mamutes. Temos muitas evidências indutivas para a afirmação de que todos os mamutes estão extintos e nada contra isso. Mas como seria se os mamutes não estivessem extintos? Ainda acreditariam que eles estão extintos? Talvez um grupo de mamutes tenha conseguido sobreviver escondido em um lugar que nunca tenha sido visitado por humanos. Ou talvez os alienígenas nos tenham enganado fazendo-nos crer que eles foram extintos. Nesses casos, ainda acreditariam que estão extintos.

Não precisamos recusar que essas sejam possibilidades genuínas. No entanto, parece errado dizer que um mundo possível em que alguns mamutes conseguiram se esconder dos humanos seja o *m*-mundo em que os mamutes não se extinguiram mais próximo ao mundo atual. O *m*-mundo seria um mundo onde nossa situação cognitiva seria muito diferente. Não teríamos os mesmos registros fósseis, as análise de DNA não

indicariam perda de diversidade genética, as evidências de mudança climática seriam diferentes, etc. Certamente, não classificariamos os mamutes como extintos. A plausibilidade da contrafactual “Se alguns mamutes não estivessem extintos, eles não seriam listados como extintos na Wikipedia” está de acordo com a ideia de que nossa situação cognitiva provavelmente seria diferente. Pensamos que CAER acerta no caso da afirmação de que os mamutes parecem estar extintos.

Agora, algo muito semelhante acontece com o caso 2. McBryer pensa que os *p*-mundos mais próximos ao nosso, onde Patrick não está dormindo, são mundos onde ele come comida apimentada no almoço, ou sua esposa o leva para dar um passeio, etc. Novamente, não objetamos que essas sejam possibilidades genuínas. O que objetamos é a conjunção da afirmação de que esses *p*-mundos são os mais próximos ao nosso mundo atual e a afirmação de que McBryer tem fortes evidências indutivas para sua crença. Seguindo Wykstra e Perrine, como o caso em questão é um caso de evidências que alavancam uma crença, as evidências indutivas para a hipótese de que Patrick está dormindo são tais que elevam a probabilidade dessa afirmação para próximo de 1!

Nesse caso, parece improvável que Patrick coma comida apimentada no almoço ou simplesmente que não esteja com sono das 14h às 16h. Isso deve ser tão improvável que a probabilidade de que ele não esteja dormindo dada a evidência de McBryer será quase 0. A evidência de McBryer será plausivelmente tão forte quanto nossa evidência para a extinção dos mamutes. Consequentemente, devemos ser consistentes e manter nosso veredito como no primeiro caso, afirmando que os *p*-mundos mais próximos onde Patrick acorda não são mundos onde a situação cognitiva de McBryer é a mesma que a do mundo atual.

A intuição de que a situação cognitiva de McBryer provavelmente seria a mesma vem da intuição de que Patrick muito bem poderia comer comida apimentada ou simplesmente acordar. Quando se trata de hábitos de sono, essas possibilidades acontecem com frequência: de fato, são muito propensas a acontecer. Contudo, se elas são muito propensas a acontecer no caso de McBryer, então ele não pode ter evidências indutivas tão fortes afinal. Porque estamos assumindo que ele tem evidências indutivas muito fortes, os mundos mais próximos não seriam aqueles em que, por algum milagre, Patrick acorda de repente. Os mundos mais próximos seriam aqueles em que a situação cognitiva de McBryer seria sensivelmente diferente.

A questão aqui é se devemos avaliar CORNEA no caso 2 retroativamente [*backtracking*] (BENNETT, 2003) em vez de avaliá-la em relação à ocorrência de um milagre (LEWIS, 1973). O que significa dizer que devemos avaliar a condicional no cerne de CORNEA no caso 2 retroativamente? Retroceder neste contexto significa mudar as coisas de tal modo que seja explicável como a antecedente da condicional é verdadeira.

Em seu artigo, McBryer parece favorecer a perspectiva lewiana de avaliação das condicionais contrafactuals, segundo a qual os mundos possíveis mais próximos da atualidade não são mundos onde modificamos todos os eventos do passado, mas sim mundos que são exatamente iguais ao atual até o momento em questão e que divergem dele por causa de uma violação das leis atuais (um tipo de “milagre de divergência”). No entanto, essa visão não está de acordo com o bom senso neste contexto. A maneira mais plausível é re-imaginar o passado, mantendo as leis fixas, modificando a história do mundo de tal modo que torne razoável aceitar a verdade da antecedente da condicional que exemplifica nesse exemplo cerne de CAER.

Mesmo que o leitor não concorde com a intuição de que a situação cognitiva de McBryer seria diferente no caso 2, a resposta retroativa será ainda assim uma maneira independente de defender o teísmo cético.

Vejamos outra linha de resposta que vale a pena investigar. Vamos voltar ao primeiro caso, já que a resposta de retrocesso que acabamos de esboçar não parece funcionar aqui:

CASO 1:

Embora tenha um bilhete, acredito que vou perder na loteria. Tenho evidências indutivas para esta afirmação. Sei que as chances de ganhar são uma em um milhão. Minhas evidências são sensíveis ao fato de que vou perder na loteria? Parece que não é esse o caso. Considere o mundo mais próximo em que ganho na loteria. Eu tenho muita sorte e estou com o bilhete que será sorteado. Seria razoável acreditar que a diferença da minha situação cognitiva no mundo atual seria discernível da situação cognitiva no mundo possível em que ganho na loteria? Não - as coisas pareceriam exatamente iguais para mim. Portanto, de acordo com CORNEA, minha situação cognitiva neste caso não é evidência para a afirmação de que vou perder na loteria.

A resposta anterior parece não funcionar nesse caso porque a contrafactual relevante não será avaliada por meio de uma semântica que apela à mudança do passado. Ainda assim, o caso 1 pode ser resolvido com alguma indexação temporal simples e uma formulação ligeiramente diferente de CAER.

Seja *A* a proposição de que Ana não ganha na loteria em t_1 . Agora, em t_0 , faz todo sentido que sua situação cognitiva seja tal que ela não acredita que ganhará na loteria em t_1 , em que t_1 é posterior a t_0 . Mas CAER não deve ser entendida como afirmando que se Ana tivesse ganhado na loteria em t_1 , então haveria (provavelmente) uma diferença em t_0 . Consequentemente, se Ana tivesse ganhado na loteria, uma diferença em algum tempo t_n posterior ou idêntico a t_1 seria (provavelmente) discernível em sua situação cognitiva. Perceba que a indexação temporal seria um movimento legítimo para o teísta cético, pois, se não houvesse males gratuitos em t_1 , então, dadas as limitações do nosso intelecto finito, a situação cognitiva de qualquer criatura seria (provavelmente) a mesma em qualquer tempo. O problema com o caso 1 é assumir que a situação cognitiva deveria ser diferente em um momento anterior ao momento em que a antecedente da contrafactual é tornada verdadeira.

Alguém poderia objetar a esta resposta mudando ligeiramente o cenário em questão. Podemos imaginar uma situação em que *A* seja verdadeiro, mas Ana nunca perceba que ganhou o bilhete de loteria. Mesmo que fosse verdadeiro que Ana tenha ganhado a loteria em t_1 , sua situação cognitiva ainda seria a mesma em qualquer tempo posterior a t_1 . Nesse caso, no entanto, parece que a situação cognitiva de Ana não seria a mesma. Isso porque a verdade de *A* em t_1 agora é acessível para Ana em t_1 ou em qualquer momento posterior, o que não era antes disso. Uma vez que *A* é verdadeiro, há uma rota epistêmica para que o agente agora possa estar ciente de que *A* é verdadeiro. Isso definitivamente não acontece no caso do argumento de Rowe. Mesmo que não houvesse males gratuitos, o agente em questão nunca teria acesso à verdade dessa proposição, dado que nunca entenderíamos os motivos de um ser perfeitíssimo como Deus.

É precisamente essa a razão por que a interpretação probabilística oferece um diagnóstico correto nos casos de McBrayer e nos casos de aparentes males gratuitos colocados por Rowe. Claramente, a evidência indutiva, dada a negação da hipótese, é inferior a 0,5 porque a informação sobre a negação da hipótese está agora disponível para o agente. Em nossa leitura, tentamos tornar essa suposição agora explícita na interpretação contrafactual de CORNEA. A sugestão é que a seguinte formulação de CORNEA seria imune aos contraexemplos de McBrayer:

CAER*:

H tem o direito de afirmar, com base na situação cognitiva *B*, que “parece que *A*” apenas se for razoável para H acreditar que, dadas suas faculdades cognitivas e o uso que delas fez, se *A* não fosse o caso, *B* provavelmente seria diferente do que é de alguma forma discernível por ela no momento (ou logo após) em que está na situação cognitiva *B*.

Essa reformulação de CAER completa a defesa da resposta cética ao problema epistêmico do mal.

3. Conclusão

A primeira resposta às críticas de McBryer a CAER apresenta uma lacuna significativa. O argumento para provar que a interpretação contrafactual do CAER não é implicada pela interpretação probabilística foi considerado insuficiente. Esse argumento se baseia em uma certa teoria de condicionais contrafactuals, geralmente rejeitada pelos teístas.

No entanto, argumentamos que o teísmo cético pode ser defendido contra objeções contrafactuals, garantindo cláusulas de sensibilidade por meio do apelo a condicionais de retrocesso (como fizemos no caso 2) e por meio de uma formulação ligeiramente diferente de CAER.

Ambas as defesas do teísmo cético têm custos. A resposta de Wykstra e Perrine é deficiente para os teístas que aceitam o terceiro excluído contrafactual. As respostas delineadas neste artigo têm o problema de se comprometerem com (algo muito semelhante à) a cláusula de sensitividade, que não é amplamente aceita na literatura epistemológica. Mas isso seria realmente um problema para o teísmo cético em geral? Não necessariamente. Uma solução alternativa ecumênica é manter tanto a interpretação contrafactual quanto a probabilística, conforme formuladas para diferentes propósitos. Ou seja, as diferentes respostas disponíveis podem simplesmente servir para diferentes propósitos em diferentes contextos de discussão, e talvez não haja necessidade de ter apenas uma versão oficial da defesa do teísmo cético baseado em CAER.

No entanto, há mais perguntas que merecem atenção: as respostas delineadas aqui funcionam contra as objeções apresentadas por McBryer? A versão contrafactual é compatível com os princípios de fechamento epistêmico? Quais são as implicações da resposta apresentada para tal debate? Parece que a discussão original baseada em contrafactuals ainda não precisa ser abandonada.

Referências

- Bennett, J. **A Philosophical Guide to Conditionals**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- Dretske, F.I., "Epistemic Operators". **Journal of Philosophy**, 67(24), 1007–23, 1970.
- Harper, W., Stalnaker, R., Pearce, G. (eds) **Iffs: Conditionals, Belief, Decision, Chance, and Time**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1981.
- Keefe, R. "Supervaluationism and Validity". **Philosophical Topics**, 28, 93-105, 2000.
- Lewis, D. **Counterfactuals**. Blackwell Publishing, 1973.
- McBryer, J. "Cornea and Inductive Evidence", **Faith and Philosophy**, 26, 77-86, 2009.
- Merlussi, P.; Miranda, S. What's wrong with the counterfactual-based objection to CORNEA?, In **Synthese** 204(3), 2024.
- Nozick, R. **Philosophical Explanations**, Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- Plantinga, A. **God, Freedom, and Evil**. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1977 [**Deus, a Liberdade e o Mal**, São Paulo: Vida Nova, 2012].
- Perrine, T. "On An Epistemic Cornerstone of Skeptical Theism: In Defense of CORNEA", **Sophia**, 61, 533-555, 2022.
- Priest, G. **An Introduction to Non-Classical Logic: From If to Is**, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- Rowe, W. 1979. "The Problem of Evil and Some Varieties of Atheism", **American Philosophical Quarterly**, 16 (4), 335-341 [“O Problema do Mal e Algumas Variedades de Ateísmo”, in Miranda, S. **O Problema do Mal: uma antologia de textos filosóficos**, Marília: Poiesis, 2013].
- Stalnaker, R. "A Theory of Conditionals", **Studies in Logical Theory, American Philosophical Quarterly Mongraph Series**, Blackwell, Oxford, 1968; in Harper, W., Stalnaker, R., Pearce, G. (eds) 1981, 41-55.
- Stalnaker, R. "A Defense of Conditional Excluded Middle", in Harper, W., Stalnaker, R., Pearce, G. (eds) 1981, 87-104.
- Vogel, J. "Tracking, Closure, and Inductive Knowledge", in **The Possibility of Knowledge: Nozick and His Critics**, ed. S. Luper-Foy, Totowa, NJ: Rowman and Littlefield: 197-215, 1987.
- Wallbridge, K. "Sensitivity, Induction and Miracles", **Australasian Journal of Philosophy**, 2017, DOI: 10.1080/00048402.2017.1328697
- Wykstra, S. "The Humean Obstacle to Evidential Arguments from Suffering: On Avoiding the Evils of "Appearance", **International Journal for Philosophy of Religion** 16 (2), 73-93, 1984. [“O Obstáculo Humeano aos Argumentos do Sofrimento: sobre evitar os males da “aparência””, in Miranda, S. **O Problema do Mal: uma antologia de textos filosóficos**, Marília: Poiésis, 2013]
- Wykstra, S. "Rowe's Noseum Arguments from Evil", in Howard-Snyder, D. (ed.) 1996. **The Evidential Argument from Evil**, Indiana University Press: 126-150.
- Wykstra, S. and Perrine, T. "Foundations of Skeptical Theism: Cornea, Core and Conditional Probabilities", **Faith and Philosophy**, 29, 375-399, 2012.

Doutor em Filosofia (Durham University, 2018)
Professor do Curso de Filosofia (PUC-RIO)
Professor do PPG Filosofia (PUC-RIO)
E-mail: pedro.merlussi@puc-rio.br

Doutor em Filosofia (Universidade de Bielefeld – Alemanha, 2006)
Professor do Departamento de Filosofia (UFOP)
Professor do PPG Filosofia (UFOP)
E-mail: sergiornmiranda@ufop.edu.br